



A AMBIÇÃO E O FUTURO DO ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA:

UMA SÍNTESE DO FÓRUM DE PARTES INTERESSADAS ORGANIZADO PELO SNESUP

APRESENTAÇÃO

O Fórum de Ensino Superior e Ciência organizado pelo SNESup teve lugar no dia 6 de Abril de 2019 na Sala Sophia de Mello Breyner Andresen do Centro Cultural de Belém. Este evento constituiu-se como um espaço de debate deliberativo, aberto e participativo, visando contribuir para a identificação dos desafios que hoje se colocam ao ensino superior e ciência, bem como para a identificação de estratégias de ação para os enfrentar.

Trata-se de uma iniciativa que convocou, além de docentes e investigadores, atores políticos, responsáveis institucionais, representantes de associações académicas e diversas partes interessadas no ensino superior e ciência. Em termos de organização, este evento seguiu o modelo de reunião de partes interessadas que tem vindo a ser desenvolvido por várias organizações internacionais e que privilegia a interação entre os diversos intervenientes.

Em vez do modelo expositivo habitual, desenvolve-se uma lógica de trabalho colaborativo em que as diversas partes interagem para encontrar soluções para as questões colocadas. Nessa interação há espaço para verificar as possibilidades de consensos, incluindo o acordo em discordar, sendo também testados mecanismos deliberativos não vinculativos, que permitem perceber os sentidos de opinião das diversas partes interessadas.

Neste texto, sintetizam-se os resultados do trabalho desenvolvido em cada uma das quatro sessões que estruturaram o programa do Fórum, tendo por base a análise dos registos escritos decorrentes dos exercícios realizados nas várias mesas. Trata-se de uma síntese necessariamente parcelar pela impossibilidade de os registos escritos traduzirem a totalidade das ideias, propostas e debates que tiveram lugar em cada grupo de trabalho, mas constitui ainda assim um contributo para identificar diversos posicionamentos e para refletir sobre estratégias para enfrentar os desafios que hoje se colocam ao ensino superior e ciência.

OBJETIVOS, PARTICIPANTES E PROGRAMA DO EVENTO

O tema do Fórum do Ensino Superior e Ciência foi a **Ambição**. Procurámos perspetivar o futuro deste setor, numa lógica positiva e de crescimento, que possa motivar uma espiral de desenvolvimento. Neste âmbito foram trabalhados, em outras tantas sessões, quatro temas considerados fundamentais: **as pessoas, a produção, a organização e a interação com o meio envolvente**. Através desses quatro temas, procurou-se compreender e refletir sobre os condicionamentos que se têm feito sentir em relação ao desenvolvimento da massa



MARIANA GAIÓ ALVES
SOCIÓLOGA,
INSTITUTO DE
EDUCAÇÃO,
UNIVERSIDADE
DE LISBOA, UIDEF
(UNIDADE DE
INVESTIGAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
EM EDUCAÇÃO
E FORMAÇÃO.
VICE-PRESIDENTE
DA DIRECÇÃO DO
SINDICATO NACIONAL
DO ENSINO SUPERIOR

crítica, da produção científica e académica, das organizações e da relação com a sociedade.

Dentro do quadro da orientação para a ambição, pretendemos também encontrar soluções para esses condicionamentos, compreendendo clivagens e pontos de contacto. Ao estabelecer um programa de interação entre as partes, esperamos desenvolver um espaço de diálogo social, que permita ultrapassar constrangimentos dos mecanismos formais de concertação, promovendo o desenvolvimento de redes de contacto.

Como partes interessadas no Ensino Superior e Ciência confirmaram presença neste evento: oito responsáveis políticos com ação neste setor (deputados na Assembleia da República e representantes da Fundação para a Ciência e Tecnologia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior); oito representantes de movimentos sociais ligados às questões da ciência e de associações científicas; seis representantes de associações académicas; cinco dirigentes de estabelecimentos de ensino superior; três dirigentes de empresas; quarenta e seis docentes e investigadores de instituições de ensino superior e ciência de todo o país, incluindo dirigentes de departamentos e de centros/unidades de investigação.

Os intervenientes foram distribuídos equilibradamente, por diferentes mesas, tendo em conta a natureza das partes interessadas. Em todas as mesas foram propostos, para cada questão, exercícios que permitiram recolher e debater conceitos e tópicos, de modo a colocar as partes interessadas em contacto direto, com vista a um propósito concreto. Os resultados do trabalho de cada grupo foram expostos no final de cada exercício, abrindo-se de seguida um debate com a participação dos diversos intervenientes.

Sintetizam-se, seguidamente, os resultados das quatro sessões de trabalho, com base nos registos escritos delas resultantes.

SESSÃO 1:

Que desafios existem atualmente para assegurar e desenvolver a massa crítica?

APRESENTAÇÃO

A atual legislatura tem vindo a ser marcada pelo debate sobre a precariedade de docentes e investigadores.

Se é certo que o enquadramento laboral da qualificação avançada possui relação com a realidade do tecido económico e social português, bem como com o aumento exponencial do número de doutorados, não deixa de ser necessário perceber quais as medidas que o próprio setor do Ensino Superior e Ciência deve tomar para aumentar a sua ambição em termos de massa crítica.

Também é verdade que esta realidade laboral não se resume apenas à questão da precariedade, envolvendo ainda outras várias relativas às carreiras de docência e investigação.

É por isso importante conhecer qual a visão das partes interessadas sobre:

- perspetivas de trabalho para os atuais estudantes e seu enquadramento nas dinâmicas de investigação;
- mecanismos de acesso à carreira e funcionamento dos concursos;
- perspetivas de desenvolvimento das carreiras;
- atualização dos sistemas de avaliação de desempenho;
- apoios humanos e materiais.

OBJETIVOS

Identificar os desafios ao desenvolvimento da massa crítica no ensino superior e ciência, reunindo contributos das partes interessadas sobretudo sobre o que deve ser alterado e mantido no sistema atual.

EXERCÍCIOS

Inquérito/deliberação

Trabalho em grupo para identificação de prioridades de ação



RESULTADOS

A análise dos cartazes, nos quais cada grupo registou as ideias e palavras-chave resultantes do debate, revela um número alargado de referências a questões a melhorar relacionadas com o emprego dos docentes e investigadores, tal como seria expectável considerando as temáticas destacadas na apresentação da sessão. Neste âmbito, é notória em todos os grupos a existência de referências à imprescindibilidade de eliminar a precariedade, aumentando as oportunidades de entrada na carreira, assim como à insustentabilidade de manter um elevado número de bolsas, quando quem delas usufrui, não se encontra em processo de formação académica.

Igualmente existem numerosas referências a questões de carreira, ainda que expressando posições nem sempre consensuais. Para alguns, importa unificar as carreiras de docência e investigação, mas para outros é fundamental que elas se mantenham distintas e paralelas, sendo sugerido num caso que seria ajustado estabelecer proporções de trabalhadores nessas duas carreiras, a respeitar em cada instituição. Num dos grupos foi suscitada a possibilidade de a carreira de investigação ser estabilizada através da sua ligação à Fundação para a Ciência e Tecnologia, transformando-a numa espécie de CNRS (Centre National de Recherche Scientifique). A endogamia foi apontada em várias mesas como algo a combater no desenvolvimento das carreiras, assim como a avaliação de desempenho, mencionada enquanto aspeto que carece de mudanças e melhorias. São identificados desafios para distinguir os processos de recrutamento e de progressão nas carreiras. É referida algumas vezes a importância de prever a existência de carreiras para técnicos, nomeadamente nas áreas de gestão e comunicação de ciência, em articulação com o trabalho desenvolvido por docentes e investigadores.

Nesta sessão de trabalho foram ainda identificados, no conjunto dos grupos, desafios ao desenvolvimento da massa crítica no ensino superior e ciência que dizem respeito a questões organizacionais e do sistema, bem como à formação de novos docentes e investigadores. No primeiro caso, ficaram registadas várias menções à necessidade de aumentar os

fundos disponíveis para as atividades de ensino superior e ciência e ainda, num dos grupos, a ideia de que o financiamento dos cientistas não pode ser exclusivamente resultante de processos competitivos porque tal tem consequências negativas na produtividade e atividade dos mesmos. Foi também referida a relevância de fomentar uma interação mais forte entre instituições de ensino superior e empresas, ao mesmo tempo que um dos grupos defendeu que as associações sem fins lucrativos devem ser extintas enquanto empregadoras e dinamizadoras de atividades científicas.

Já a formação de novos docentes e investigadores foi alvo de um escasso conjunto de referências nas quais se defendeu que a mesma deve estar mais interligada com a investigação, desde o 1º ciclo de ensino superior, e que é importante criar estímulos para que os melhores alunos de 2º ciclo prossigam para o doutoramento. Foi ainda referida a necessidade da democratização do acesso ao programa Erasmus.

O debate em cada um dos grupos conduziu a registar ainda aspetos que se considerou que deveriam ser mantidos, ainda que em número muitíssimo mais reduzido. Sobre emprego de docentes e investigadores há a indicação de que deve ser mantido o quadro de referência de carreiras baseado em quatro vertentes – investigação, docência, gestão, transferência de conhecimento – e que se deve continuar a melhorar as respetivas condições de trabalho e emprego. Outros aspetos mencionados como algo a manter e reforçar são: a carreira de investigação nos laboratórios de estado, o nível de exigência dos concursos, os perfis institucionais diferenciados, o ensino superior e ciência como eixos do desenvolvimento.



SESSÃO 2:***Como potenciar a atividade acadêmica e científica?*****APRESENTAÇÃO**

Apesar dos bons resultados em termos de aumento do número de publicações, patentes, revisões e outras métricas, nem sempre tem sido claro como é que estes elementos de avaliação quantitativa da produção se ligam com a direção da produção acadêmica e científica.

Esta ligação sobre o sentido da produção acadêmica e científica possui também relação com sistema de financiamento, com a liberdade e autonomia dos produtores de conhecimento, bem como na ligação (e compreensão) entre as diversas partes interessadas.

É assim importante não só compreender qual o caminho que as partes interessadas consideram que deve potenciar a produção acadêmica e científica, como compreender o que a compõe e qual a direção dessa mesma atividade.

Nesta temática importa analisar:

- o sistema de financiamento;
- a liberdade e autonomia;
- a ligação entre as partes interessadas.

OBJETIVOS

Desenvolver a interação entre as partes interessadas por forma a compreender não só formas de potenciar a produção acadêmica e científica, como de identificar o que a constitui e qual o sentido desta atividade.

EXERCÍCIOS

Identificação individual de propostas e partilha colaborativa

RESULTADOS

Nesta sessão os grupos foram convidados a contribuir para um painel coletivo com post-its nos quais fossem registadas ideias-chave debatidas em cada uma das mesas. A análise dos post-its no seu conjunto revela uma enorme diversidade de ideias-chave que podem ser agregadas em cinco temas principais: financiamento (68 *post-its*), intencionalidades da produção científica e académica (35 *post-its*), avaliação das atividades de docência e investigação (32 *post-its*), protagonistas (25 *post-its*), organizações e instituições (24 *post-its*). ▶



As ideias-chave referentes ao tema financiamento dizem respeito, por um lado, aos montantes disponíveis e, por outro lado, às fontes e mecanismos de distribuição dos fundos. No que respeita aos montantes disponíveis há numerosas referências à sua escassez, sendo por diversas vezes sublinhada a exigência de que 3% do PIB tem de ser destinado à ciência. Quanto às fontes é, frequentemente, apontado o subfinanciamento estatal como aspeto crítico, nomeadamente porque o financiamento pelo Estado nem sequer abrange os gastos gerais das instituições de ensino superior público nem é suficiente para assegurar liberdade e autonomia na investigação. Surgem poucas referências à diversificação de fontes de financiamento, nomeadamente englobando as empresas. Observa-se, ainda, um elevado número de referências aos mecanismos de distribuição dos fundos, sublinhando genericamente, a relevância da respetiva estabilidade e previsibilidade. Adicionalmente, destaca-se que deveria ser possível, por um lado, o desenvolvimento de projetos de mais longo prazo e, por outro lado, a consideração áreas prioritárias e desafios sociais sem que deixem de existir fundos para todos os domínios de produção científica e académica.

Sobre as intencionalidades da produção científica e académica, uma grande parte das ideias-chave registadas visa relembrar e reforçar a pluralidade de resultados e produtos que, muito para além das publicações científicas indexadas, abrangem livros, patentes, efeitos para a sociedade, formação de estudantes, produção de bases de dados e outros conteúdos, disseminação de conhecimento fora das instituições de ensino superior, articulação com a administração pública, divulgação de ciência e tecnologia, entre outros. Um outro aspeto que sobressai da leitura dos registos neste domínio remete para a importância de experimentar e errar, de ter tempo para pesquisar, refletir e publicar, ou seja, recusam-se as pressões do produtivismo e da intensificação dos ritmos de trabalho. Há ainda algumas referências à importância dos mecanismos de prevenção e deteção de fraude científica e de mais apoios a projetos internacionais.

No que respeita à avaliação de atividades de docência e investigação foram feitas muitas referências críticas à excessiva centralidade atribuída nessa avaliação às métricas, aos rankings

e à publicação científica. Adicionalmente, foram expressas opiniões negativas sobre a avaliação de desempenho docente por se considerar que a mesma aumenta a produção científica de baixa qualidade, bem como sobre a avaliação às instituições de ensino superior que se afirma que restringe a autonomia científica das mesmas. Complementarmente, propõe-se a consideração de critérios e indicadores de avaliação diferentes para cada área científica e consoante as várias fases da carreira, bem como se expressa a preocupação de que esses critérios e indicadores possam aferir e favorecer trabalhos interdisciplinares e multidisciplinares.

Relativamente ao tema dos protagonistas, alguns registos enfatizam a necessidade de promover e valorizar relações de cooperação entre os docentes e investigadores, mais do que de competitividade, combatendo o “medo” que é apontado como generalizado e limitador da atividade científica e académica. Neste domínio é também mencionada a importância de valorizar as licenças sabáticas para permitir a conciliação entre ensino e investigação, de fazer cumprir as percentagens definidas para as várias categorias de carreira e de eliminar a precariedade. Noutros termos, a estabilidade de vínculos contratuais e a garantia de oportunidades de progressão com base no mérito constituem condições essenciais de valorização de docentes e investigadores. É mencionada uma vez a importância de envolver mais significativamente os estudantes em atividades de investigação.

No tema relativo a organizações e instituições, um grande número de referências incide sobre a Fundação para a Ciência e Tecnologia exigindo o seu encerramento ou mudanças significativas no seu modelo de funcionamento. Também um grande número de referências dizem respeito às instituições de ensino superior, sublinhando a importância do seu funcionamento em rede e/ou uma maior abertura e ligação ao território, à sociedade e às empresas. A importância de serem criadas condições institucionais para desenvolver *slow science* “é também apontada.

SESSÃO 3:***Que modelos organizacionais para as instituições de Ensino Superior e Ciência*****APRESENTAÇÃO**

Passados mais de dez anos sobre a publicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), e num momento em que está previsto o debate do Projeto de Lei de Regime Jurídico das Instituições que se dedicam à Investigação Científica, é importante ouvir as partes interessadas sobre a organização do sistema.

A importância desta reflexão é reforçada pela forma como o RJIES procurou incrementar a participação de partes interessadas no governo dos estabelecimentos de ensino superior.

Importa que as partes interessadas possam analisar como se articula esta estratégia de ambição com:

- os modelos de organização;
- a dimensão das organizações;
- o envolvimento e participação nos processos de decisão;
- a qualidade da democracia interna.

OBJETIVOS

Conhecer a visão das partes interessadas sobre os modelos de organização das instituições, identificando características que o modelo deve possuir e analisando os constrangimentos e oportunidades, bem como o que deve ser mantido e alterado.

EXERCÍCIOS

Trabalho de grupo de identificação de características.

Análise de 4 quadrantes

SÍNTESE DE RESULTADOS DO DEBATE

A análise dos cartazes em que cada um dos grupos identificou constrangimentos e oportunidades, bem como aspetos a manter e a alterar, revelou uma significativa convergência em torno de algumas ideias centrais, que optamos por sintetizar, sem diferenciar os grupos que as destacaram.

Começamos por explicitar que uma grande parte das ideias destacadas dizem respeito a oportunidades no modelo de organização decorrente do RJIES. Desde logo, regista-se a referência à manutenção do Conselho Geral das instituições e à representação de docentes nos órgãos de decisão como uma oportunidade, sendo a representação de investigadores precários

apontada como uma oportunidade que deve ser salvaguardada na revisão do RJIES. Aliás, em todos os grupos surgiram referências à necessidade de alargar a participação a diferentes grupos envolvidos nas atividades de ensino e investigação como uma oportunidade, sendo mencionados os bolseiros nos conselhos científicos, os investigadores integrados em unidades de investigação, mas sem contrato de trabalho com essa instituição, e ainda os estudantes.

Adicionalmente, identifica-se um conjunto de oportunidades a manter e reforçar que remetem para princípios subjacentes ao funcionamento dos órgãos das instituições de ensino superior: “democracia participativa”, “cada pessoa igual a um voto”, “aumentar a democracia interna”, alterar o processo de eleição de dirigentes, “eleições diretas para os órgãos dirigentes”, “reintroduzir o senado com poder de fiscalização”, “elementos externos apenas com papel consultivo”, “membros cooptados não podem estar em maioria”, “nenhum corpo de representantes pode corresponder a mais de 50% do órgão”, adaptar medidas semelhantes às existentes na administração pública por forma a assegurar a igualdade de género na composição dos órgãos de gestão. Sintetizando, e parafraseando o que foi escrito por um dos participantes: alterar o RJIES no sentido de alargar e promover a participação de todos nas decisões institucionais.

Ainda no que respeita a oportunidades, foi apontado também um conjunto de aspetos centrados na organização da rede de ensino superior: existência de menos IES mas com mais polos descentralizados, fortalecimento de redes de IES, necessidade de racionalizar a oferta formativa evitando duplicação numa mesma região, o ensino superior como mecanismo de coesão territorial e de fixação da massa cinzenta na economia local, manter o sistema binário, reforçar os serviços de ação social e de apoio psicológico. Surge uma única referência à criação de uma carreira única de docentes, abrangendo os ensinos universitário e politécnico.

No que se refere a constrangimentos, ficaram registadas várias referências ao regime fundacional, sublinhando a necessidade de transparência no funcionamento dessas instituições e a importância de evitar a contratação ao abrigo do direito privado para o exercício de funções públicas, sendo reivindicada a reavaliação



do modelo das universidades-fundação. Há também várias referências a constrangimentos relacionados com a necessidade de repensar a representatividade, nomeadamente alterando a fraca ou inexistente participação de docentes convidados e investigadores na deliberação coletiva, mas também associados à relevância de assegurar a participação das diferentes carreiras e das várias categorias profissionais nos Conselhos Científicos.

Um conjunto menos expressivo de referências apontou a importância da liderança nas instituições de ensino superior, identificando como constrangimento a ser alterado o facto de o reitor ser escolhido por um número reduzido de eleitores e numa lógica de endogamia. Também enquanto constrangimento a ser alterado, surgiram duas referências negativas à A3ES pela ausência de escrutínio do seu funcionamento e pelo respetivo modelo de avaliação de cursos e instituições. Em matéria de constrangimentos a ser mantidos, houve uma referência à importância do provedor do estudante. As questões referentes à autonomia das instituições de ensino superior e do sistema binário foram objeto de escassas referências, surgindo, simultaneamente, como constrangimentos e como oportunidades, o que indicia a inexistência de consensos nestas matérias.

SESSÃO 4:

Como promover as interações entre instituições de Ensino Superior e Ciência, comunidades e sociedade?

APRESENTAÇÃO

As atividades de extensão são cada vez mais uma realidade. Elas incorporam a ideia do papel institucional da universidade na sociedade e da sua capacidade de introdução de mudanças.

A ideia de extensão remonta às Land-grant Universities, em que, pela troca da cêndica de terrenos, o governo dos Estados Unidos da América implementou programas de apoio aos agricultores, com a deslocação de especialistas, intensificando a relação entre as universidades e as comunidades rurais. Com o Movimento de Córdova, a extensão intensificou-se com a ligação à assistência social às comunidades, as universidades populares, os cursos livres disponibilizados

às comunidades locais, bem como a ligação às preocupações e interesses de cada país.

Hoje, a extensão já não é apenas o transporte e aplicação do conhecimento da universidade, sendo também o conhecimento das particularidades locais, num processo de socialização da própria Universidade.

Importa compreender qual a opinião das partes interessadas sobre a direção em que pode ser desenvolvida a extensão, incluindo:

- promoção do emprego qualificado,
- transferência de conhecimento;
- divulgação da ciência.

OBJETIVOS

Recolher os contributos das partes interessadas sobre a direção do desenvolvimento da extensão universitária.

EXERCÍCIOS

Trabalho de grupo de definição de tópicos e sua prioridade.

SÍNTESE DE RESULTADOS DO DEBATE

Na última sessão do dia, quatro grupos de trabalho definiram prioridades no que respeita às atividades de extensão universitária e de interação das IES com outras instituições, conforme se descreve em seguida.

Grupo 1

Comunicação da ciência a nível local (com câmaras municipais por exemplo); maior interação entre IES e escolas secundárias (para além dos “dias abertos”); alterar critérios de sabática dos docentes para permitir diferentes atividades de extensão (como por exemplo montar exposições em museus); sabáticas dos docentes em escolas secundárias e vice-versa; formações temáticas de curta duração em IES e vice-versa; fortalecer infraestruturas de investigação e desenvolvimento das IES (atrair mais utilizadores privados); ciência aberta - IES devem facilitar acesso online aos outputs públicos, links para repositórios, etc.; interação com administração pública – desenho de políticas públicas com envolvimento das IES; concentração de esforços a nível nacional para transferência tecnológica (cada universidade não vai encontrar clientes para cada patente).

Grupo 2

Promoção do emprego qualificado: orçamento para gabinetes de gestão de carreiras em universidades e politécnicos e instituições de investigação; flexibilidade de carreiras da função pública; promover a não exclusividade; incentivos à contratação de recursos humanos qualificados pelas empresas; incentivos à contratação de profissionais estrangeiros (falta de competitividade salarial); transferência de conhecimento: melhoria/apoio à criação de “spinoffs”; criação de gabinetes de transferência de tecnologia; divulgação de ciência: melhorar a “rede ciência viva” para alavancar a criação de novos centros e mais divulgação científica; apoio a iniciativas das próprias instituições; criação/melhoria de gabinetes de comunicação nas instituições.

Grupo 3

Quotas de doutorados em empresas a partir de certa dimensão (incluindo públicas) e benefícios fiscais; fundos comunitários – contratação de doutorados; a ciência na RTP e na RDP; académicos envolvidos no tecido social, formação e projetos; interação com académicos; unidades curriculares para a comunidade/ensino para a vida; ciência aberta – reforço!; ciência para jovens e seniores; divulgação da ciência junto dos media; atividades de extensão não são valorizadas na avaliação de desempenho.

Grupo 4

Importância da promoção da cultura científica ao nível da sociedade civil: que pessoas queremos formar? Importância de formar cidadãos e não apenas empreendedores; importância de uma estratégia e missão bem definidas (estudo, ensino, investigação, inovação social); a necessidade de preservar espaço e tempo para a atividade intelectual – elogio à ideia de “torre de marfim” e importância da construção do conhecimento; rever como se concebe o ensino e a universidade – solicitar uma atitude de questionamento aos estudantes – mobilização crítica, mais conhecimento como processo de construção; risco – as instituições de ensino superior e ciência ao serviço dos mercados; cooperação empresas e comunidades de pertença – articulação dos sistemas de incentivos; importância da transferência de conhecimento – empresa, sector público, comunidade, políticas públicas; equilibrar a investigação básica e aplicada; articular fluxos empresas-academia; projetos internacionais bem

avaliados mas não financiados colocados à disposição; fundos públicos ou privados para esse financiamento; necessidade de existência de capitais de risco incluindo fundos públicos e privados reinvestidos; importância das atividades de comunicação e outreach; dignificação dos comunicadores de ciência.

EM SÍNTESE

Uma leitura transversal das prioridades identificadas por cada grupo permite salientar a multiplicidade de vertentes de extensão universitária identificadas. A comunicação e divulgação de ciência visando promover a cultura científica da sociedade civil é uma das vertentes mais destacadas, sendo igualmente expressas preocupações com as intencionalidades da formação dos estudantes pelas implicações que têm na sua intervenção enquanto cidadãos. A criação de condições que permitam aos professores e investigadores das IES desenvolver atividades de extensão, nomeadamente através da concessão de sabática e da valorização dessas atividades nos critérios de avaliação de desempenho, são enfatizadas. Paralelamente, a contratação de doutorados pelas empresas e diferentes mecanismos que favoreçam a ligação entre as IES e as empresas são mencionados como aspetos a desenvolver para favorecer a extensão universitária.

EPÍLOGO

Uma boa parte dos resultados do Fórum de Ensino Superior e Ciência organizado pelo SNE-Sup são intangíveis: correspondem a um aprofundamento do conhecimento mútuo entre pessoas interessadas em debater e perspectivar o futuro do setor, mas também se traduzem na partilha de informação e no confronto de opiniões que enriquece a reflexão individual e coletiva sobre os desafios que hoje se colocam ao ensino superior e ciência. Do ponto de vista dos participantes, como é possível constatar pela leitura dos testemunhos publicados no último número desta revista, este foi um evento muito apreciado. Por fim, importa destacar que se tratou de uma iniciativa que, permitindo construir um espaço de debate deliberativo, aberto e participativo, contribui para valorizar e promover práticas de cidadania democrática. •